

# Entrevista com o sertanista Meirelles (parte VIII)

AIDESP/CIPTA, 2007

Na oitava parte de sua entrevista-depoimento, Meirelles nos conta que, a convite das lideranças Ashaninka da APIWXTA, participou do “Encontro na Fronteira Brasil-Peru: comunidades indígenas, terra, limites fronteiriços, convênios e projetos”, nos dias 24 a 28 de fevereiro deste ano, na aldeia Sawawo Hito 40, dos Ashaninka do alto rio Amônia, no lado peruano da fronteira internacional.

Participaram do Encontro de Sawawo, lideranças de comunidades Ashaninka do Brasil e do Peru, dirigentes de organizações indígenas locais e regionais, bem como representantes dos governos brasileiro e peruano, da sociedade civil, de empresas madeireiras e da cooperação internacional.

Os objetivos do Encontro foram dar prosseguimento aos canais de diálogo e ao intercâmbio de experiências entre os povos indígenas da fronteira Brasil-Peru; discutir a política do governo peruano de conceder grandes extensões florestais a empresas madeireiras nessa região; e, por fim, avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais do manejo florestal promovido pela empresa madeireira FORESTAL VENA O SRL nos territórios das Comunidades Nativas Sawawo Hito 40 e Nueva Shawaya, no alto rio Amônia. Essa empresa de Pucallpa, que também mantém forte presença em outras três comunidades Ashaninka no alto Yurua (Juruá), foi responsável em 2006 por 30% das exportações de mogno do Peru para os Estados Unidos, o principal consumidor de madeiras nobres oriundas do país vizinho.

Desde 2000, quando foi promulgada a Lei Florestal no Peru, a intensificação das atividades madeireiras na fronteira com o Brasil tem resultado no endividamento e engajamento forçado da mão de obra nas comunidades indígenas, no enfraquecimento das lideranças tradicionais e das organizações de representação local e em graves impactos ambientais, com a destruição de recursos florestais, a rarefação da fauna e dos peixes e a contaminação de fontes de água.

Quilômetros de florestas têm sido devastados para a abertura de estradas e redes de ramais, trilhas e caminhos para a extração e o transporte de madeiras nobres, especialmente mogno (caoba, ou aguano) e cedro. A estrada mais extensa, com mais de 160 quilômetros, foi aberta e é hoje controlada pela FORESTAL VENA O, ligando Sawawo e outras

comunidades do alto Yurua, ao povoado de Nueva Itália, na beira do rio Ucayali, já nas proximidades de Pucallpa, capital do Departamento de Ucayali, onde estão concentradas empresas exportadoras de madeira para os Estados Unidos, Canadá e países da União Européia e da Ásia.

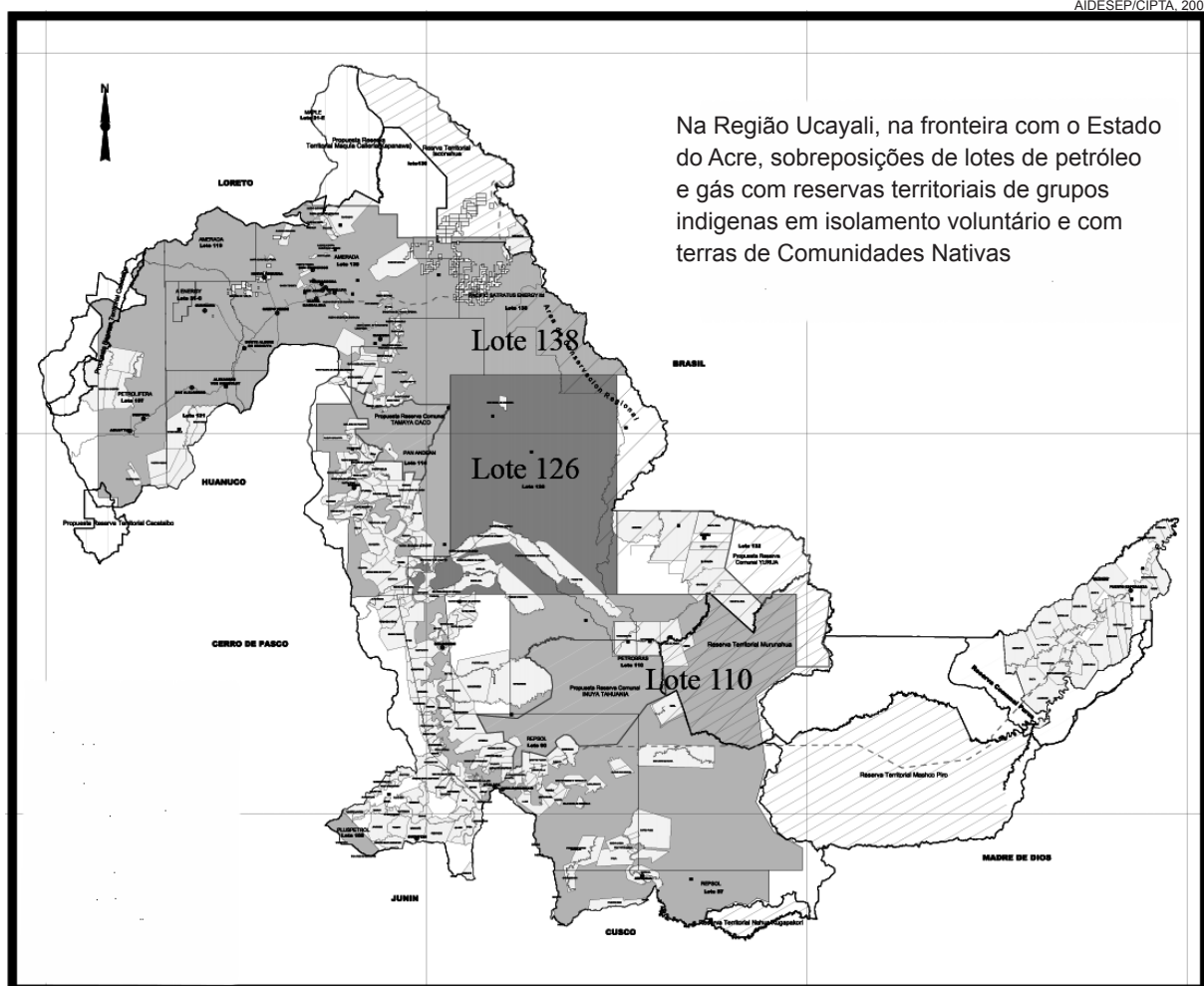
A extração feita por madeireiros ilegais tem também ameaçado o modo de vida de grupos indígenas “isolados” e a integridade das “reservas territoriais” oficialmente reconhecidas para a sua proteção. Fugindo das “correrias” organizadas por esses madeireiros, grupos de isolados têm se deslocado para terras indígenas no Estado do Acre, situadas no Paralelo de 10° S, especialmente para a Terra Indígena (TI) Kampa e Isolados do Rio Envira, onde o sertanista estabeleceu, em 1987, a Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira, da FUNAI.

Como as madeiras de maior valor econômico já foram praticamente esgotadas em algumas regiões, concessionários e madeireiros ilegais têm também invadido as florestas do lado acreano da fronteira, sobretudo na TI Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD).

Em Sawawo Hito 40, Meirelles foi informado que o governo peruano tem sido incapaz de fiscalizar as atividades madeireiras nas concessões florestais, unidades de conservação e reservas territoriais estabelecidas ao longo da fronteira internacional, porque o INRENA (Instituto Nacional de Recursos Naturales), equivalente ao IBAMA, não dispõe de técnicos e de infraestrutura adequada para tal finalidade.

Após ter promovido as concessões madeireiras, a política do governo peruano priorizou a internacionalização da exploração do subsolo de sua região amazônica, com a licitação de lotes petrolíferos e de gás a empresas de várias nacionalidades. Em fevereiro de 2007, esses lotes já ocupavam 48 milhões de hectares, ou 70% da Amazônia peruana.

Dentre as empresas que hoje possuem lotes na fronteira Brasil-Peru, destaca-se a PETROBRAS ENERGIA PERU S.A., que desde dezembro de 2005 é concessionária do Lote 110, por um período de 30 anos para a exploração de petróleo e de 40 anos para o gás. Situado no alto rio Juruá, numa bacia hidrográfica binacional, o Lote 110, com extensão de pouco mais de 1,4 milhão de hectares, é sobreposto à Reserva



Na Região Ucayali, na fronteira com o Estado do Acre, sobreposições de lotes de petróleo e gás com reservas territoriais de grupos indígenas em isolamento voluntário e com terras de Comunidades Nativas

Territorial Murunahua, destinada a grupos isolados Murunahua, Chitonahua e outros, à “zona de amortecimento” do Parque Nacional Alto Purús e a reservas Ashaninka, já tituladas, no alto rio Yurua.

As empresas canadenses True Energy e North American Vanadium são concessionárias do Lote 126, situado na fronteira, que coincide com partes dos limites oeste da TI Kampa do Rio Amônia, dos Ashaninka, e do PNSD. Com extensão de um milhão de hectares, esse lote é sobreposto a territórios das comunidades Ashaninka de Nueva Amazonia de Tomajao, Nueva Califórnia e Alto Tamaya, não titulados, e de San Miguel de Chambira, já reconhecido.

Outras três empresas, Pacific Stratus Energy (Lote 138), Pan Andean Resources (Lote 114) e Amerada Hess Corporation (Lote 120), também realizam prospecção de petróleo e gás em lotes situados sobre territórios das comunidades Ashaninka de Cametsa Quipatsi, Sol del Oriente e San Mateo, nos altos rios Tamaya e Calleria. Neste último rio, o governo peruano também concedeu lotes para a mineração de ouro, inclusive na Reserva Territorial

Isconahua, limítrofe, do lado brasileiro, à parte norte do PNSD.

No Encontro de Sawawo, o sertanista conheceu representantes da União de Comunidades Fronterizas del Perú (UCIFP) e logo percebeu que eles estão atrelados aos interesses da FORESTAL VENA O, empresa que contribuiu para a criação dessa organização e tem instrumentalizado sua atuação. Atualmente, as lideranças da UCIFP também estão à frente de negociações e consultas que o governo peruano e empresas petrolíferas, dentre elas a Petrobras, deslançaram, a partir de fevereiro deste ano, visando convencer comunidades Ashaninka e Jaminawa a permitir o início da prospecção e exploração de petróleo e gás em seus territórios no alto rio Juruá.

No Encontro, Meirelles teve a oportunidade de também conversar com dirigentes da ACONADIYSH (Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurua) e da ACONAMAC (Asociación de Comunidades Nativas Ashaninka Asheninka de Masisea y Calleria). Eles informaram que madeireiros ilegais, além de invadir partes das Reservas Territoriais Murunahua e Mashco-Piro

e do Parque Nacional Alto Purús, territórios dos índios isolados, têm promovido graves violações aos direitos humanos desses povos, por meio de massacres, perseguições, incêndios de malocas, destruição de roçados e a captura de mulheres e crianças.

Os dirigentes dessas duas organizações, ao contrário dos da UCIFP, defenderam a definitiva interrupção da exploração madeireira e a revogação das concessões petrolíferas nos territórios indígenas situados ao longo da fronteira internacional. Denunciaram ainda que ambas atividades foram viabilizadas pelo governo peruano sem qualquer consulta prévia, informada e de boa fé às comunidades e às organizações, numa evidente violação dos procedimentos previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Enfim, ficamos por aqui, porque o nosso experiente sertanista tem ainda muito a dizer, hoje especialmente do Encontro de Sawawo. Outra vez com a palavra o velho do rio. Pode crer, Meirelles! (Txai Terri Aquino & Marcelo Piedrafito)

## Mais de 70% das florestas da Amazônia peruana estão concedidas a empresas petrolíferas multinacionais

**Txai: O que você achou do Encontro de Sawawo, onde foram discutidas questões relativas à exploração madeireira e à concessão de lotes petrolíferos no lado peruano da fronteira?**

Meirelles: Participei do Encontro de Sawawo porque fui convidado pelas lideranças Ashaninka da APIWXTA, da TI Kampa do Rio Amônia, que nos últimos anos têm promovido e participado de reuniões com representantes de comunidades e organizações indígenas de ambos os lados da fronteira Brasil-Peru, buscando fortalecer o diálogo e intercâmbio de experiências sobre a atividade madeireira em curso em territórios indígenas e unidades de conservação, especialmente nos altos rios Amônia, Juruá e Tamaya, no lado da fronteira peruana. Fui a Sawawo, aldeia Ashaninka no alto rio Amônia peruano, junto com o Francisco Piyako, Assessor Indígena do Governo do Acre. Fomos de avião até Marechal Thaumaturgo e de lá subimos o rio

Amônia de voadeira até Sawawo. Também conheci o Centro de Pesquisa Yorenka Átame e a aldeia APIWXTA. Inicialmente, tinha a expectativa de buscar informações sobre as atividades madeireiras nas cabeceiras dos rios Envira e Juruá, na fronteira peruana, e de criar uma rede de solidariedade em relação à proteção aos índios isolados nos dois lados da fronteira.

O que me deixou bastante preocupado foi saber da situação em que hoje vivem os povos indígenas no lado peruano. Eles estão absolutamente entregues às empresas madeireiras. As terras indígenas de lá são todas retangulares, de forma a facilitar os planos de manejo madeireiros. Você não vê nenhuma terra indígena com limites naturais. O governo peruano reconhece os territórios, mas só que na hora da regularização fundiária das “comunidades nativas”, como são chamadas lá as terras indígenas, não dá nenhum apoio efetivo. Aí, as empresas madeireiras fazem a regularização para as comunidades

indígenas. Empresas como a Forestal Venao, e outras, bancam a demarcação física dos limites das terras das comunidades nativas e os seus respectivos registros. Depois elaboram planos de manejo que são apresentados ao governo. E aí as comunidades ficam totalmente dominadas política e economicamente por essas empresas, pois são obrigadas a pagar com sua madeira os investimentos feitos na regularização das terras, na elaboração dos planos de manejo e nas gestões para a sua aprovação junto aos órgãos de governo.

Só quem tem acesso às aldeias são os madeireiros dessas empresas, seja por avião ou pelas estradas que elas abrem e mantêm na região de fronteira. Essas estradas passam por muitas comunidades indígenas, que se encontram endividadas pelo velho sistema de aviação. No verão, já dá pra ir de carro de Sawawo, nas cabeceiras do rio Amônia, à Nueva Itália, na beira do rio Ucayali. Vai de carro, mas no carro dos ma-

deireiros. De Nueva Itália, atravessa o Ucayali, anda um pedacinho e já está em Pucallpa, conhecida como a capital da caoba. Então, agora já se pode praticamente ir de carro e moto da aldeia Sawawo até Pucallpa. Essa estrada já continua de Sawawo até às comunidades Ashaninka e Jaminawa no alto rio Juruá peruano, bem acima de Tipisca. Pelas conversas que tive lá, as empresas madeireiras já estão começando a atravessar o rio Juruá e a emendar os ramais com as cabeceiras do rio Envira. São estradas carroçáveis, mas por elas andam carros e caminhões de madeiras.

Outra coisa que me preocupa é que tem cinco ou seis empresas madeireiras legais, que possuem certificações para exportar madeira, como é o caso da Forestal Venao, que, por incrível que pareça, foi certificada com o selo FSC em abril de 2007. Os representantes da Venao também participaram do Encontro de Sawawo. Aliás, foi nos aviões dessa empresa que chega-

ram os representantes do INRENA, órgão ambiental do governo peruano correspondente ao IBAMA. Na selva peruana todo mundo anda nos aviões dessa empresa madeireira. Por aí já se percebe a relação muito estreita que existe entre os representantes dos órgãos governamentais peruanos e a Forestal Venao. O representante do INRENA, por exemplo, disse lá em Sawawo, com todas as letras, que não existe mais nenhum centímetro quadrado de floresta peruana que não esteja concedida à exploração madeireira. Está tudo loteado e cedido às empresas madeireiras. O problema, como já disse, é que têm cinco ou seis madeireiras legais e centenas de madeireiros ilegais, que estão naquela região das cabeceiras dos rios Amônia, Juruá e Envira. Todas as madeiras tiradas por madeireiros ilegais, evidentemente, são compradas pelas empresas legalizadas, visando a exportação. Acho que é aí onde está o grande lucro dessas empresas. Os planos de manejo, pelo que vi lá em Sawawo, dão muito pouco lucro.

Turmas de madeireiros peruanos, conhecidos como "los ilegales", já invadiram áreas do Parque Nacional Alto Purus, de comunidades Ashaninka e das Reservas Territoriales Murunahua e Mashco-Piro, criadas para proteger os grupos indígenas em isolamento voluntário. Pelo que conversei com representantes das comunidades Ashaninka do alto Juruá peruano, os madeireiros ilegais têm acampamentos e turmas que extraem madeira e dão segurança, porque já estão ocupando áreas habitadas por índios isolados. Enfim, tem um monte de índios contatados trabalhando para madeireiros ilegais. A maioria do pessoal que está explorando madeira na fronteira peruana é indígena. Ou é Ashaninka, ou Jaminawa. Tem um ou outro peruano branco, mestiço, que é chefe da turma, se tiver. Esse pessoal, além de explorar madeira, está caçando, pescando e juntando muito jabuti pra levar para Pucallpa. Pode-se dizer que a "capital do mogno" está sendo abastecida de carne de caça e de jabutis das cabeceiras dos rios Amônia, Juruá e Envira, que são rios binacionais. Saem dois, três caminhões de madeira e um carregado com carne de caça, peixes salgados e jabutis vivos. Estão ainda vendendo muitas peles de fantasia, e onça, lontra e gato maracajá, e peles secas de porquinho caimitu, veado, queixada e anta. Jogam tudo em cima dos caminhões e mandam pra Pucallpa. E estão pescando com bombas de dinamite. Ou seja, quando os madeireiros ilegais saírem de lá, não vai ficar mais nada.

Lá em Sawawo, por conta do roubo de madeiras realizado em áreas cobertas pelo plano de manejo bancado pela empresa Forestal Venao, os Ashaninka atacaram turmas de madeireiros ilegais e agora andam armados, com medo de represálias. Olha só que loucura! Os Ashaninka de Sawawo atacaram e mataram alguns madeireiros peruanos ilegais. E agora passam vinte e quatro horas do dia com medo de retaliação. Não sobem mais para as cabeceiras do rio Amônia, como faziam antes, pra caçar e pescar, porque podem se encontrar com "los ilegales". E se forem lá, podem morrer. Olha só que situação! Se os Ashaninka, no lado peruano, estão numa situação de conflito intenso com os madeireiros ilegais, você pode imaginar o que está acontecendo com os índios isolados, que estão no meio dessa balbúrdia toda. Tenho a impressão que, no lado peruano, ficaram poucos grupos isolados. Quem ficou

por lá, correu ou morreu. Se ficou algum grupo, deve ser bem pouquinho. Enfim, deve estar correndo pra aqui e pra acolá feito queixada, se escondendo nos cantinhos mais difíceis da floresta.

Falei para os representantes das comunidades nativas lá em Sawawo: "Olha, vim aqui para saber informações sobre as atividades madeireiras nos territórios ocupados por índios isolados, no lado peruano da fronteira. Saber quem está explorando madeiras nas cabeceiras do rio Envira e dos afluentes da margem direita do alto rio Juruá. E alertá-los pra quando vocês andarem aí pelas matas e toparem com índios isolados, para não atirarem neles. Temos que ter o cuidado de criar uma nova mentalidade de respeito e de paz em relação aos povos isolados". Ouvindo representantes indígenas peruanos, fiquei com a impressão que já não tem mais muito espaço para os isolados por lá. Está tendo muito pouco espaço para os índios contatados também, porque os territórios das comunidades nativas que estão sendo regularizadas são muito pequenos. São geralmente áreas de 10 mil hectares, 20 mil hectares, 30 mil hectares no máximo. Área com plano de manejo de cinco, dez, vinte anos. Quando as empresas madeireiras e os ilegais forem embora, não vai ter um pau em pé para se fazer uma casa, uma canoa, uma ubá. Não vai ter caça nem peixe pra comer. Não sei o que vai acontecer daqui a cinco, seis anos, que outro tipo de exploração vai ocorrer? Por causa da abertura dessas estradas, sei lá se vão derrubar a mata pra criar boi? As estradas são o primeiro passo nesse sentido, não são? Fora outras coisas que ouvi lá, assim muito por cima, referentes ao narcotráfico. Quando o pessoal do Peru fala de narcotráfico, você nota que todo mundo fala com muito receio. Só fala na encolha. O cara fala baixinho para os outros, que estão ali perto, não escutarem, entendeu? Uma moça peruana, que não vou dizer o nome pra não entregar, me disse lá em Sawawo que todo esse negócio de madeira, naquela fronteira, está servindo apenas de fachada para levar o dinheiro do narcotráfico. Então, você vê onde é que os índios daquela região estão metidos. Enfim, me disseram ainda que o governo peruano fez concessões imensas a empresas petrolíferas multinacionais, inclusive à Petrobras, cujo lote está sobreposto à Reserva Territorial Murunahua, destinada aos índios isolados. Também se sobrepõe aos territórios de comunidades Ashaninka, titulados ou reivindicados, no alto Juruá.

#### **Txai: O que realmente está acontecendo nas cabeceiras do Envira, no lado peruano da fronteira?**

Meirelles: Nas cabeceiras do rio Envira, no lado peruano, está havendo uma intensa atividade promovida principalmente por madeireiros ilegais. Lá na nossa base da Frente de Proteção Etnoambiental, quase todos os anos, a gente pega pranchas de mogno e cedro serradas com motosserras, além de bugigangas usadas pelos madeireiros peruanos, como vasos de combustíveis, óleo de soja e hipoclorito de sódio. Segundo me disseram lá em Sawawo, as madeiras que estão tirando lá na cabeceira do Envira estão saindo pelo povoado de Sepahua.

Lá em Sawawo, perguntei a um representante da empresa Forestal Venao: "O que as comunidades Ashaninka ganham com a venda da madeira desses planos de manejo em suas

terras? Qual é a porcentagem que eles ganham nas madeiras tiradas?". Ele disse que as comunidades que estabeleceram contratos com a empresa Venao ganham 20% sobre o faturamento de toda a madeira tirada de suas reservas. Perguntei ainda: "Vinte por cento sobre qual preço da madeira?" Ele respondeu: "Sobre o preço do mogno e do cedro no mercado peruano". Ora, o metro cúbico do mogno no mercado peruano é a preço de banana. "Mas vocês não estão exportando o mogno?". Ou seja, a exploração das comunidades indígenas já começa daí, do preço em que é vendido o mogno, que lá no Peru chama-se caoba. Perguntei novamente: "Quem está monitorando a quantidade de metros cúbicos da madeira que está saindo das reservas?" "Ah, estamos monitorando isso", ele me respondeu. "Sim, mas quem está monitorando? São esses jovens Kampa que só agora estão começando a aprender quanto é cinco vezes oito". Cubar madeira tem a seguinte fórmula: pi erre ao quadrado, vezes altura, dividido por três. Fiz engenharia, por isso sei cubar madeira. Mas não é todo mundo que sabe! Os jovens Ashaninka que a empresa Forestal Venao leva pra cima e pra baixo, pra Pucallpa e tal, não vão ficar lá no mato cubando madeira. Não sei nem se eles sabem fazer isso. E planos de manejo para vinte anos? É um exagero. Não vai ficar tudo isso, não. Em cinco ou seis anos, a Venao vai levar tudo. E até logo! Acho que a situação dos povos indígenas no outro lado da fronteira não está nada legal, não. A legislação peruana permite qualquer atividade econômica nos territórios das comunidades indígenas. Fico preocupado com isso.

Há pouco tempo, em dezembro de 2007, passou um bando de 40 brabos na aldeia Simpatia, do pessoal do Carijó, na TI Kampa e Isolados do rio Envira. Todos esses brabos tinham cabelos cortados que nem Jaminawa, uns 15 deles estavam armados de espingardas. A mulherada Ashaninka correu tudo. Como os homens não estavam na aldeia, os brabos fizeram a limpa. Roubaram tudo que os Ashaninka tinham nas casas. Aí um parente do Carijó disse assim para o meu filho: "Olha, Artur, passou um bando de bem uns 40 brabos por aqui e roubou tudo que a gente tinha. Vamos juntar uma turma aqui pra ir atrás deles, pra tomar as nossas coisas". Pois bem. Dois dias depois, quando o Artur passou de volta e encostou novamente na Simpatia, os homens já tinham ido atrás dos brabos. Quando ele me encontrou, foi logo me dizendo: "Pai, vai haver conflitos armados entre os Kampa e os brabos, porque quando passei de volta por lá, só encontrei as mulheres e os meninos. Os homens foram tudo atrás dos brabos que tinham saqueado as casas deles. Desconfiavam até que não fossem brabos". Mas a formiga sabe a folha que rói. Depois fiquei sabendo que quando o pessoal do Carijó viu a quantidade de rastros de brabos que tinha e sabedores que alguns deles andavam armados de espingardas, voltaram logo para a aldeia deles e desistiram de perseguir os brabos, se é que eram brabos. Sentiram que a barra poderia pesar para o lado deles. Então, fico preocupado com tudo isso.

Os madeireiros peruanos ilegais que andam pelas cabeceiras do Envira, no lado peruano, estão explorando madeira e organizando correrias para matar e afastar os brabos. Custa pra esses madeireiros darem um monte de armas para os Jaminawa há pouco



Mogno explorado por concessionários em comunidade Ashaninka no alto rio Tamaya aguarda a cheia para ser escoado para Pucallpa

contatados virarem brabos novamente? É só tirar a roupa, passar urucum na cara e pegar uma espingarda, que viram logo brabos, não viram? Na hora! Pois bem, fico pensando assim: os brabos que moravam lá no Peru e que foram forçados a migrar para o lado acreano, vão encontrar quem por aqui? Certamente, vão encontrar Kaxinawá no rio Humaitá, Ashaninka e Madijá no alto rio Envira, Kaxinawá no Jordão e Breu. E assim por diante. Veja a situação que está acontecendo no outro lado da fronteira peruana. Índios mansos querendo matar brabos. Mansos com projeto de manejo de madeira matando madeireiros ilegais e estes aos brabos. E os brabos que vieram lá do Peru estão querendo matar Ashaninka, Kaxinawá e Kulina aqui do Acre. Você entendeu a confusão toda, meu compadre? Não vai morrer nenhum branco. Nessa história só vai morrer índios.

#### **Txai: Se a política da Funai é não fazer o contato com os isolados, você vai deixar que eles tomem a iniciativa de fazer contato com o pessoal da Frente de Proteção Envira?**

Meirelles: Não sei se alguns grupos isolados vão ter coragem suficiente para vir amansar os brancos. Eles estão levando pancada por todos os lados. Enfim, acho que a situação vai se agravar ainda mais nesse verão amazônico de 2008. Os madeireiros peruanos ilegais certamente irão reativar a exploração de mogno e cedro. Até pensei que se a situação lá na base da Frente Envira começar a ficar mais enrolada do que já está, vamos ter que adotar uma nova estratégia. Trabalhadores nossos já receberam dois tiros de espingarda. Felizmente não acertaram ninguém, mas quase acertam. Estou pensando até em abandonar a base da Frente de Proteção Envira, entendeu? Abandonar a base da Frente, botar todo mundo num barco e ficar no rio Envira, dormindo hoje aqui e amanhã acolá. Tudo coisa nova que não havia previsto antes, mas que nessa nova conjuntura marcada pela intensificação da atividade madeireira e o início da prospecção e produção de petróleo e gás, no lado peruano, vou ter que pensar e agir. Não sei direito no que vai dar tudo isso. Talvez seja uma nova história que está acontecendo no Peru, mas que tem reflexo direto sobre os grupos isolados aqui no Acre. Essa linha de fronteira ao longo do Paralelo 10° S, ainda que tenha sido demarcada fisicamente em meados da década de 1920, é hoje apenas imaginária. Acho que a gente tem que estar prestando atenção aos sinais dos tempos. Ponderar essas coisas todas e adotar novas estratégias para proteger o modo de vida dos isolados e os seus territórios nos altos rios da fronteira internacional.

Existe hoje uma Portaria da Funai

que nunca foi usada, mas já está assinada e tudo, que estipula que caso se julgue que o contato com um grupo de índios isolados é a última alternativa restante numa situação de sobrevivência, não vai ser apenas uma pessoa que vai decidir isso, não, porque essa é uma decisão muito séria. Não é o Meirelles, o Marcelo e o Elias, sozinhos, que vão tomar essa decisão. Isso tem que ser uma decisão consensuada. Vai ter que sentar, avaliar e decidir. Quem? O presidente da Funai, os representantes da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), os sertanistas da Coordenação de Índios Isolados, da Funai, os índios do entorno e até mesmo representantes de organizações não-governamentais que atuam apoiando a proteção aos índios isolados. Essa portaria prevê isso, reunir essas pessoas e discutir sobre que atitude se deve tomar. Enfim, vamos decidir junto com todo mundo. Para acabar com aquela história antiga do Bastião resolver fazer contato por conta própria com índios isolados. Não é assim mais, não!

Mas uma coisa que acho que já está na hora de começar a pensar é a seguinte. Os caucheiros peruanos passaram, os patrões seringalistas e seringueiros brasileiros se acabaram. Pode ser que a madeira também passe, mas até lá muita água ainda vai rolar. A coisa toda vai se complicar ainda mais com a concessão de áreas de floresta para empresas petrolíferas multinacionais iniciarem a prospecção e a extração de petróleo e gás no lado peruano da fronteira e, quem sabe, até mesmo nas florestas dos altos rios acreanos. Soube agora no Encontro de Sawawo que a Petrobras possui um grande lote petrolífero sobreposto à Reserva Territorial Murunahua, onde vivem índios isolados, e às reservas dos Ashaninka do alto rio Juruá. Outras empresas petrolíferas são donas de lotes de mais de um milhão de hectares, também sobrepostos a reservas das comunidades Ashaninka. Essa é a política atual do governo peruano, de internacionalizar a exploração do subsolo de suas florestas, concedendo lotes extensos a empresas multinacionais, por um período de 40 anos, para a prospecção e a produção de petróleo e gás. Por aqui mesmo no Acre, temos hoje importantes políticos querendo fazer o mesmo do lado de cá. Quer dizer, está prevista também para o Acre, porque o governo federal e o Congresso Nacional estão hoje regulamentando a mineração em terras indígenas. Aí a situação pode se complicar ainda mais. Os últimos povos isolados da Amazônia vivem hoje praticamente cercados por empresas madeireiras e petrolíferas. Estão acucados nos cantos mais entocados da fronteira internacional Brasil-Peru.